

INTRODUÇÃO

Com o quarto volume da série “Desafios para Moçambique”, o IESE dá continuidade a uma colecção que responde à preocupação de partilhar amplamente o conhecimento obtido na pesquisa, contribuindo assim para o debate público sobre questões relevantes para o desenvolvimento do país. Como tem sido tradição, o livro acolhe essencialmente trabalhos de investigadores permanentes do IESE, mas inclui igualmente alguns textos produzidos por investigadores associados ou visitantes. Tal como os volumes anteriores, o livro está organizado em quatro partes: “Política”, “Economia”, “Sociedade” e “Moçambique no Mundo”.

O livro vai para impressão num momento crítico da vida do país. Depois de vinte anos de paz, a tensão e os desentendimentos políticos entre a Frelimo e a Renamo, que ao longo dos anos foram pontuados por erupções de violência, tendem agora a agravar-se e a dar lugar a uma confrontação armada. Depois de vários incidentes protagonizados pela Força de Intervenção Rápida da polícia e militantes e ex-guerrilheiros da Renamo, nomeadamente em Muxungué, a Renamo acabou anunciando, em comunicado de 19 de Junho de 2013, que iria bloquear o trânsito de pessoas e mercadorias na estrada nacional N1, no troço entre o rio Save e Muxungué. Efectivamente, logo depois desse anúncio, houve ataques a viaturas nesse local e a circulação passou a ser condicionada, sendo, desde então, feita apenas durante o dia e em colunas com escolta policial e militar. Entretanto, apesar das declarações favoráveis do Presidente da República e do líder da Renamo em relação a um possível encontro entre ambos para solucionar o conflito e de conversações que têm reunido delegações das duas partes, ainda não se registou qualquer avanço significativo nesse sentido e assiste-se à concentração de forças policiais e militares governamentais na região dos confrontos, bem como a acções de perseguição e destruição de acampamentos onde estariam instalados ex-guerrilheiros da Renamo.

Esta situação de quase guerra coloca em primeira linha o maior desafio que a sociedade moçambicana enfrenta hoje, um desafio que tem sido repetidamente apontado nos vários livros desta série e que é partilhado por um grande número de académicos e outros cidadãos: a construção de uma democracia pluralista e inclusiva. Esta é uma necessidade tanto mais urgente quanto o desenvolvimento acelerado da exploração de recursos minerais no país cria novas expectativas que, num quadro de níveis de pobreza rural e urbana que continuam a ser muito altos, resultam em fortes tensões sociais.

Naturalmente, a construção de uma sociedade democrática e de justiça social não deve ser confundida com a simples “instituição” de normas e de um certo tipo de organização da vida política e ainda menos com um simples entendimento entre partidos políticos. Na verdade, ela é o fruto de permanentes lutas sociais e em especial da conquista de espaços de exercício da cidadania e participação por parte dos grupos sociais que são dominados, marginalizados, ou excluídos, no processo de desenvolvimento da sociedade. E é nesse sentido que se pode entender a crescente mobilização de forças da sociedade civil no sentido de exigir não só a paz, mas igualmente o direito de participar com os dois principais protagonistas da violência na construção da solução para o problema.

A edificação e consolidação de uma sociedade democrática funda-se, pois, num amplo acordo entre os diferentes actores sociais (em especial, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os próprios cidadãos) sobre as “regras do jogo” político e o seu respeito.¹ Ora, a raiz do conflito que opõe a Renamo ao governo da Frelimo situa-se precisamente nesse terreno, pois, para além de reivindicar a aplicação estrita do Acordo Geral de Paz assinado em 1992, que em seu entender não foi respeitado, a Renamo põe um enfoque especial na questão dos processos eleitorais, em questões de defesa e segurança e na questão da despartidarização das instituições do Estado.²

O primeiro artigo da secção “Política” mostra justamente como a orientação da política de descentralização adoptada após o Acordo Geral de Paz e antes da reali-

¹ Note-se que, se o consenso sobre as “regras do jogo” é condição necessária para a construção democrática, ele não é condição suficiente. As regras apenas estabelecem o quadro de convivência política dentro do qual os actores sociais colaboram, ou se confrontam, a propósito das decisões e das opções tomadas pelos governantes.

² A única questão que é colocada nas reivindicações da Renamo e que não diz respeito às “regras do jogo” político propriamente ditas é a que aparece como “questões económicas”. Neste caso, parece tratar-se essencialmente da exigência de uma melhor partilha das oportunidades económicas (nomeadamente, participação nos conselhos de administração das empresas públicas ou participadas pelo Estado, licenças de exploração de recursos naturais e outras concessões), que têm beneficiado quase exclusivamente um pequeno grupo, identificado com a Frelimo.

zação das primeiras eleições gerais multipartidárias (1994) foi, depois de conhecidos os resultados destas, modificada em favor de um modelo que beneficiava a Frelimo e reduzia enormemente a possibilidade de a Renamo ocupar uma posição forte no espaço político nacional através da conquista do poder local nos distritos. Mas o processo não foi linear e, apesar das mudanças no modelo de municipalização, a descentralização tem registado alguns sucessos. Assim, o artigo argumenta, por outro lado, que a tendência de participação dos cidadãos nas eleições autárquicas, tendência crescente ao contrário do que se passa com as eleições gerais, faz delas o único espaço onde a alternância na governação já aconteceu e o pluralismo político adquiriu a sua expressão mais ampla, o que é, sem dúvida, um notório avanço democrático.

No segundo artigo desta parte, é desenvolvida uma análise dos processos eleitorais em Angoche e Nicoadala com vista a compreender quais os mecanismos que permitiram a mudança da orientação do voto nesses distritos, ou seja, como se explica que o eleitorado que inicialmente era mais favorável à Renamo tenha passado a votar maioritariamente na Frelimo.

Finalmente, o terceiro artigo trata de questões relativas à prática da “governação aberta”. Baseado em trabalho de campo realizado em vários locais da província de Inhambane, com destaque para Inharrime, o texto oferece uma análise sobre este tipo de exercício e o seu impacto na vida local nos dias que precedem e durante o período das visitas, mostrando como a preocupação central dos representantes locais do estado é demonstrar às entidades visitantes o seu bom desempenho. Através deste tipo de análise se percebe melhor a natureza limitada da “participação” popular que caracteriza os comícios, os momentos mais visíveis da governação aberta.

A parte do livro dedicada à “Economia” abre com um artigo de síntese onde se desenvolve o conceito de economia extractiva como elemento central para a compreensão da economia moçambicana actual, se aborda a questão da porosidade da economia e se colocam as questões relativas à exploração dos recursos naturais no quadro do desenvolvimento nacional. O artigo coloca os desafios de investigação neste domínio e oferece, ao mesmo tempo, um enquadramento aos restantes textos que formam esta parte do livro.

O segundo artigo trata da questão do investimento privado nacional e estrangeiro. Para além da forte dependência do investimento privado em relação a fluxos externos de capital, maioritariamente dirigidos para a exploração de recursos naturais, o artigo mostra que, de uma forma mais geral, a característica principal do inves-

timento privado é ser concentrado em grandes projectos, na produção primária para exportação, e ainda apresentar um alto grau de concentração sectorial e regional.

No terceiro artigo são abordados assuntos referentes à política monetária do banco central e seus efeitos na taxa de juros da banca comercial. Através de uma abordagem centrada numa análise exploratória das razões que podem explicar a ineficácia da política monetária em reduzir as taxas de juro comerciais, o artigo coloca a necessidade de reflectir sobre o modo de pensar a política monetária no contexto específico da economia moçambicana.

Num contexto de investimento privado dominado por capitais externos e concentrado em grandes projectos na área dos recursos naturais e na exportação de produtos primários, o quarto artigo analisa, a partir do caso da Mozal, questões relativas às ligações com as PME nacionais. Destaca-se da análise a tendência para a formação de um padrão de dependência e concentração das PME em relação aos grandes projectos de investimento, sem grande acumulação de competências tecnológicas e com contributo limitado para a industrialização da economia.

Os quatro outros artigos que compõem esta parte tratam de temáticas relacionadas com desafios de transformação económica e industrialização rural. Assim, o quinto artigo coloca a questão da fraca atenção dada aos mercados de trabalho rural e discute a importância dos métodos de análise utilizados, pois estes influenciam a capacidade de compreensão dos reais padrões que dominam a economia rural, com evidentes implicações para o entendimento do processo de acumulação e das dinâmicas da pobreza.

O sexto artigo desenvolve uma crítica da abordagem ainda dominante na literatura sobre as sociedades rurais em Moçambique, assente numa visão dualista que opõe a agricultura de subsistência à agricultura comercial. Usando como estudo de caso o tímido renascimento do processamento da castanha de caju em Cabo Delgado, o artigo analisa algumas questões de trabalho, género e diferenciação rural e ilustra a complexidade da sociedade rural.

No sétimo artigo é analisada a abordagem do governo em relação à ligação entre a agricultura e a redução da pobreza e em que medida essa abordagem é consistente com as dinâmicas de acumulação em curso. Também aqui é criticada a concepção dualista que se exprime em relação à problemática da geração de emprego e produção alimentar, assuntos tratados ignorando a relação orgânica que os liga. O artigo sustenta ainda que não há correspondência entre os documentos oficiais de política e a realidade das dinâmicas económicas.

Finalmente, o último artigo desta parte examina a gestão de recursos fundiários e hídricos a partir do estudo de dois regadios na província de Gaza, Chokwé e Baixo Limpopo, num contexto de intensificação da exploração agrícola e da pressão do investimento estrangeiro na área.

A parte dedicada à “Sociedade” comporta três artigos. No primeiro, é tratada a questão dos empregados domésticos em Maputo, numa perspectiva histórica. Sendo um dos principais grupos de trabalhadores assalariados urbanos e predominantemente feminino, este grupo é importante não só em termos quantitativos, mas também pelo seu papel central na organização na vida social e económica da cidade. Caracterizado por um alto nível de precariedade, baixos salários e más condições de trabalho, o sector coloca não só desafios de formalização em termos de legislação, mas da sua própria organização para a defesa dos seus interesses e efectiva implementação da legislação.

O segundo artigo desta parte trata de um assunto de crucial importância para a população rural, a política de provisão de serviços de água. O artigo analisa as condições da provisão de água rural e questiona as dinâmicas institucionais nesse campo, concluindo que os resultados das reformas no subsector de água rural estão longe do que se poderia esperar. Como factores explicativos, são apontados: a incoerência institucional, manifesta na falta de clareza na coordenação do processo da descentralização e na inconsistência dos diferentes instrumentos e programas no que se refere à provisão dos serviços de água nas zonas rurais; e a fraca articulação entre as abordagens de participação comunitária e as dinâmicas e lógicas do funcionamento das comunidades locais.

O último artigo desta parte traz uma abordagem crítica da “acção social produtiva”. Argumentando que esta não é nem social nem produtiva, o artigo sustenta que integrar populações vulneráveis aptas a trabalhar recorrendo a mecanismos de assistência social é missão impossível e defende a necessidade de explorar as condições de desenvolvimento de mecanismos de protecção social modernos e adaptados às condições actuais do país.

A parte “Moçambique no Mundo” comporta dois artigos. Com base no crescente envolvimento deste país na agricultura moçambicana, o primeiro artigo analisa o discurso do Brasil como “parceiro de desenvolvimento” usado para legitimar a sua cooperação com África e outros parceiros do Sul. Igualmente, e com especial enfoque no ProSavana – o maior projecto agrícola do Brasil em África –, o artigo discute as principais tendências que caracterizam os projectos agrícolas brasileiros em Moçambique, bem como os desafios que isso traz para o país.

Através de discursos políticos, narrativas, motivações e interesses dos actores envolvidos no processo, o segundo e último artigo desta parte analisa, numa perspectiva comparativa, o engajamento brasileiro e chinês no sector agrícola moçambicano.

Todos os artigos incluídos no presente volume se inscrevem numa perspectiva de colocar o trabalho científico ao serviço do conhecimento e da transformação social, e trazem elementos relevantes para alimentar a discussão sobre os grandes desafios que o país enfrenta na fase actual, cujo pano de fundo é, por um lado, um crescimento económico forte, agora sustentado pelo “boom” na exploração dos recursos naturais, mas que não se traduz numa significativa redução da pobreza e é acompanhado do aumento crescente das desigualdades sociais e regionais, e, por outro, uma aguda crise política que ameaça degenerar em conflito armado que não só comprometeria o crescimento económico, mas igualmente destruiria qualquer possibilidade de desenvolvimento e progresso social no país. Aqui fica, pois, uma pequena contribuição para que o cenário do pior não se realize.

Luís de Brito
Setembro de 2013